INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - AJES CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO PROBLEMA DE ESCRITA E LEITURA NO PRIMEIRO CICLO

Leila Rodrigues Rocha

Orientador: Prof. Ilso Fernando do Carmo.

JUINA/2013

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - AJES CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO PROBLEMA DE ESCRITA E LEITURA NO PRIMEIRO CICLO

Leila Rodrigues Rocha

Orientador: Prof. Ilso Fernando do Carmo.

Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do Título de Especialização em Psicopedagogia."

AGRADECIMENTO

A Deus, por iluminar-me e conceber – me a capacidade de discernimento nos momentos em que se faz necessário durante minha trajetória de discente. Que em todo o percurso de vida, mesmo nos momentos difíceis Deus sempre iluminou meus passos e mostrou-me o caminho pelo o qual deveria seguir.

Aos meus pais em especial minha mãe, estes que sempre me cercearão de bons exemplos a quem devo minha existência.

A todas as pessoas que de forma direta ou indireta me motivaram a vencer mais uma etapa da minha vida.

Muito Obrigado.

Dedicatória

A minha mãe Nézia Rodrigues, A minha irmã Elaine Rodrigues Rocha E ao meu filho Léo Vitor Rodrigues de Aráujo pela compreensão da minha ausência.

RESUMO

A abordagem dessa temática, "A Intervenção Psicopedagógica no Problema de Escrita e leitura no Primeiro Ciclo", justifica-se num primeiro momento devido existência de muitos alunos com dificuldades na escrita e leitura despertando o interesse em pesquisar como a psicopedagogia poderá estar contribuindo com a equipe pedagógica, bem como aprofundar conhecimentos e respectivamente do leitor com relação ao papel do psicopedagogo. Compreender como lidar com situações de dificuldades na aprendizagem de certa forma implica um conhecimento mais abrangente e amplo, por isso buscou-se visões de diferentes teóricos fluentes na questão, para que este possa nortear possíveis fonte de informações acerca da temática. Um novo contexto social, exige interpretação, compreensão de significado e está em toda parte, integrando-se a todas as disciplinas. Assim sendo este trabalho assinala que o professor pode contribuir ou não para que seus alunos superem as dificuldades em sala de aula. Fazendo parte deste processo pretendo a partir de então, colocar em prática tudo que aprendi. Sei que o processo requer uma abordagem significativa dos conteúdos, necessários a formação dos alunos. No entanto, é necessário ter em mente que a leitura e a escrita são imprescindíveis nesse processo e devem ser planejadas como atividades cotidianas presentes em todas as áreas do conhecimento. Concluo este trabalho diante da reflexão, que todos educadores devem buscar cada vez se capacitar investir em novos conhecimentos, no sentido de contribuir para que as práticas escolares no que se refere à leitura, escrita e resolução de problemas fragmentados sejam modificados.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Aprendizagem. Dislexia. Dificuldade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

As dificuldades de escrita e leitura dos alunos e um dos problemas mais evidenciados pelos professores de todas as áreas do conhecimento. Na prática os professores afirmam que os alunos não conseguem interpretam adequadamente as questões propostas, geralmente apresentam dificuldades de dissertar seus pontos de vista e não conseguem resolver situações problema.

Vale ressaltar que a visibilidade se focaliza o ensino aprendizagem da criança nos ensino básico e perdura por toda fase de estudante . Há uma crença, até certo ponto consolidada, que no processo da aprendizagem não deve haver preocupação com as práticas de leitura e escrita. A leitura e a escrita, assim como o modo como os conhecimentos são produzidos, são os conteúdos mais relevantes que se pode trabalhar, promovendo, dessa forma, o acesso aos alunos à cultura da qual fazem parte.

Essa dimensão percebe-se que estes se apresentam como uma linguagem de difícil compreensão para aqueles que não dominam a própria língua materna. Isso acontece, conforme expressa Carmen G. Granell (1998), porque enquanto a língua materna tem como função primordial a comunicação, outras linguagens são caracterizadas pela abstração, rigor e precisão, apresentando como finalidade primordial a inferência, ou seja, a indução, e não a comunicação.

Portanto, vale ressaltar, as práticas de leitura e de escrita deveriam fazer parte dos compromissos sociais e culturais dos professores. Essas constatações evidenciam a necessidade de cursos de formação que propiciem aos professores, condições para o desenvolvimento de práticas de leitura e escrita em que os sujeitos da aprendizagem sejam motivados a ler e a escrever, para que possam desenvolver habilidades como: levantar hipóteses, distinguir diferentes tipos de textos, saber como fazer uma notação, consultar diferentes fontes de pesquisa, saber localizar uma informação, produzir e comunicar ao outro, um texto.

Nesse sentido, esse estudo se propôs a desenvolver um trabalho no âmbito da intervenção psicopedagógica no problema da escrita e leitura no primeiro ciclo, focalizando as práticas de leitura e de escrita como elementos importantes na própria compreensão do conhecimento.

Nessa perspectiva, teve como principal objetivo estudar as práticas de leitura e escrita e suas influências na vida do aluno, bem como proceder à intervenção psicopedagógica visando amenizar as dificuldades apresentadas. Visa ainda analisar a autoestima e o prazer com relação às atividades desenvolvidas, no contexto da resolução de problemas; revelar a leitura e escrita como ferramentas necessárias à compreensão de situações- problema e compreender o lugar da resolução de problemas no ensino.

A primeira parte pretende situar a discussão acerca das diversas abordagens da leitura e da escrita, bem como o reconhecimento valorado da criança no planejamento de ensino parendizagem.

O texto do capitulo II descreve alguns pontos de problematização no processo de dificuldades da escrita e da leitura.

A dimensão deste trabalho traça na sua terceira parte estratégia voltada para intervenção da psicopedagogia na compreensão e aplicação de meios que amenize a problematização da dificuldade da escrita e da leitura.

Finalmente, após essa discussão acerca das dificuldades e possíveis intervenção psicopedagógica no sistema da escrita e da leitura, espera-se contribuir com a consolidação de um trabalho pedagógico coma o linguagem e da escrita, capaz de respeitar a criança como sujeitos de direitos e membros ativos da sociedade grafocêntricas.

CAPÍTULO I

1.0 DESENVOLVIMENTO DO APRENDIZADO DA CRIANÇA ATRAVÉS DE DIVERSAS FORMAS DE EXPRESSÃO.

Todas as reflexões levam a crer que a criança, como todo ser humano é considerada naturalmente um ser de expressão total. Tudo o que ela pensa e sabe pode ser manifestado por meio de múltiplas linguagens: do olhar, da fala, do gesto, do choro, do desempenho e pintura, da modelagem, da escrita, etc. Todas estas linguagens se manifestam na criança e cabe a nós prevermos o tempo e o espaço preciso e adequado para o desenvolvimento das mesmas.

Evidentemente é preciso ter o cuidado de não privilegiar nenhuma forma de expressão, pois todas são importantes e cada uma tem o seu valor. A proposta pedagógica atual visa que os professores observem quais delas as crianças estão utilizando com mais freqüência, sugerir e deixá-las proporem atividades das mais variadas formas possíveis, respeitando o nível de desenvolvimento em que se encontram, oportunizando a sua expressão total.

O planejamento deve versar atividades diversas propondo todos os dias às crianças atividades que possibilitam o acesso aos objetos sócio-culturais portadores de textos, havendo na maneira do possível a interferência do educador, auxiliando e ensinando-o nas produções. Pois desde pequenas, as crianças precisam ter acesso e manuseio aos diversos tipos de materiais escritos: livros, revistas, jornais, cartazes, folhetos de propagandas, etc.

O contexto pedagógico a que se trabalha com a criança deve deixar espaço para que a criança diariamente ouça uma história ou conto de fadas, poesia, parlendas, que seja lido pela professora ou por outra pessoa.

Experiências trazem a tona de que o educador leia sempre para os seus alunos e após cada leitura, conversar sobre as cenas da história, e sugerir um desenho livre, para que eles possam expressar os seus entendimentos através da arte do desenho e da pintura livre. A surpresa surge constantemente, pois possuem uma valiosa bagagem de conhecimentos adquiridos no seu cotidiano, à qual deve ser valorizada, abrindo espaço para que amplie suas potencialidades criadoras, na intenção de fazê-las compreender sua função social dentro e fora da escola.

Sabe que esta é a fase de que a maioria das crianças aprendem a falar. Por isso é fundamental propor atividades que auxiliem o desenvolvimento das

linguagens orais e escritas através do reconto de histórias ouvidas, fatos reais e fictícios, declamação de versos, poesias, trabalhos em grupos, etc. Essas atividades são importantes em todas as faixas etárias e não apenas na educação infantil, mas é preciso que ocorram diversas situações bem organizadas, tais como: roda de batepapo, apreciação musical, exposição de sugestões, planejamentos de projetos, dentre outros assuntos. (GOUVEIA:2000).

Devem-se oportunizar os pequeninos a criar e apreciar diferentes modelos de artes, tanto regionais, como nacionais e internacionais, de forma que eles compreendam e testam diversas fontes de inspiração e posteriormente possam desenvolver suas próprias representações, com capacidade de utilizar a reconhecer os instrumentos e recursos precisos em cada área de trabalho, tendo a oportunidade de escolher as muitas atividades a serem desenvolvidas com colagem, desenho, pintura, canções, danças teatros, etc.

Todos os processos mentais superiores, inicia-se com o surgimento da linguagem. Ela habilita a criança a criar situações para solucionar seus problemas, superar e controlar seu próprio comportamento.

Para VYGOTSKY (2000, p.177), o desenvolvimento mental é o processo de assimilação da experiência acumulada pela humanidade no decorrer da história social. Desde o nascimento, a criança está rodeada de criações feita pelo homem e a linguagem, reflete as proposições, os conceitos e as idéias, sendo assim, o desenvolvimento infantil inicia-se em um mundo humanizado. Ela apropriar-se do mundo dos objetos humanos e aos fenômenos que o cercam.

VYGOTSKY enfatiza as origens sociais do pensamento, uma vez que o pensamento forma-se e evolui com o convívio social, interagindo-se com os grupos.

Segundo Jean Piaget, a inteligência não é herdada, o que se herda é uma capacidade de adaptar-se. A centralidade atribuída a análise da interação da criança como o mundo físico impôs a idéia de que o desenvolvimento humano era um desafio a ser alcançado individualmente, a partir de progresso naturais de outra parte implicou uma compressão da infância como universo isolado, como se adultos e crianças não compartissem práticas culturais comuns.(GOUVEIA, 2000).

O desenvolvimento é uma equilibração gradativa. Do ponto de vista da inteligência é fácil se opor à instabilidade e incoerência relativas das idéias infantis a sistematização de raciocínio adulto.

1.1- LEITURA ORAL E ESCRITA: ABORDAGENS DIVERSAS

Tendo em vista que a década de 80 marcou o inicio da discussão acirrada sobre o ensino de língua portuguesa na escola acerca da necessidade de melhorar a qualidade da educação no País. No ensino fundamental, o eixo da discussão no que se refere ao fracasso escolar tem sido a questão da leitura e da escrita nos anos iniciais.

Deste período até hoje, a rede de educação pública vem desenvolvendo, sob a forma de reorientação curricular ou de projetos de formação de professores em serviço, um grande esforço de revisão das práticas tradicionais de alfabetização inicial. Mas a verdade é que ainda há muito a fazer. O índice de repetência e de abandono nas escolas brasileiras, um dos mais altos do mundo, é resultado, principalmente, da dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) — Língua Portuguesa (BRASIL,1998), falar e escutar, além de ler e escrever, são ações que permitem produzir e compreender textos. Nesse sentido, ler e escrever são atividades que se complementam. Os bons leitores têm grandes oportunidades de escrever bem. Quem lê mais tem um vocabulário mais rico e compreende melhor determinados tipos de textos.

Ainda de acordo com os PCN-Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p. 4-6), ao término do quinto ano, espera-se que os alunos:

- * Façam a correspondência dos segmentos falados com os escritos.
- *Aprendam a escrever um texto separando as palavras.
- * Dividam o texto escrito em frases usando maiúsculas no início de frases e alguns sinais de pontuação.
- * Usem o dicionário.
- * Substituam o uso excessivo de "e", "aí", "daí" ou "então" por "assim", "mas" etc.
- *Formem critérios para selecionar leituras e desenvolver padrões de gosto pessoais.
- * Acentuem palavras utilizando as regras relacionadas à tonicidade.
- * explorem diferentes modalidades de leituras. Ex.: ler para se divertir, estudar, revisar etc.

- * Desenvolvam estratégias de escrita, como planejar o texto, redigir rascunhos, relêlos e refazer se necessário.
- * Utilizem os recursos coesivos oferecidos pelo sistema de pontuação e pelo uso de conectivos adequados, manterem o tempo verbal.
- * Empreguem regências verbais e as concordâncias verbal e nominal.
- * Façam resumos.
- * Ouçam com atenção e respondam perguntas sem fugir do assunto.
- * Façam uma exposição oral.
- * Narrem fatos respeitando a temporalidade.
- * Contem histórias já conhecidas, mantendo-se próximo do texto original.
- *Relatem experiências, sentimentos, idéias e opiniões de forma clara e ordenada (...).

Evidentemente que para os alunos alcance esses requisitos é indispensável que a escola viabilize-lhe o acesso ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui as diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade. Nesse sentido, SMOLE e DINNIZ (2001, p. 69) aponta que "em qualquer área do conhecimento, a leitura deve possibilitar a compreensão de diferentes linguagens, de modo que os alunos adquiram certa autonomia no processo de aprender."

Sem esse conhecimento, a criança não consegue utilizar textos com finalidade de compreender um conceito, apresentar uma informação nova, descrever um problema, comparar diferentes pontos de vista, argumentar a favor ou contra uma determinada hipótese. É essa capacidade, que permite o acesso à informação escrita com autonomia, é condição para o bom aprendizado, pois dela depende a possibilidade de aprender os diferentes conteúdos. Por isso, todas as disciplinas têm a responsabilidade de ensinar a utilizar os textos de que fazem uso. Sobre este assunto, SMOLE e DINNIZ (2001,p. 70) dizem:

Compreender um texto é uma tarefa difícil, que envolve interpretação, decodificação análise, síntese, seleção, antecipação e autocorreção. Quanto maior a compreensão do texto, mais o leitor poderá aprender a partir do que lê. Se há uma intenção de que o aluno aprenda através da

leitura, não basta simplesmente pedir para que ele leia, nem é suficiente relegar a leitura às aulas de língua materna: torna-se imprescindível que todas as áreas do conhecimento tomem para si a tarefa de formar o leitor.

Inserida nesse contexto, percebe-se que a leitura é uma atividade permanente da condição humana, uma habilidade a ser adquirida nas fases iniciais e treinada em suas várias formas. Perpassando desde conhecimento, prazer e curiosidade. Ainda por necessidade de aprender e ficar informado. Para buscar questionamento e resolver diversos problemas. O sistema da leitura a priori concebido uma parte constitutiva das habilidades, a leitura acaba determinando o sucesso ou fracasso na vida escolar.

Tendo em vistas que o século XX, o ensino foi caracterizado por um trabalho apoiado na repetição, no qual o recurso da memorização era considerado muito importante. Nessa época, o currículo ainda não estava bem definido. Anos depois, dentro de outra orientação, os alunos deviam aprender com compreensão. Mas o professor ainda era visto como dono do saber, ele falava, o aluno escutava e repetia, não participava da construção de seu conhecimento. Então, nessa época começou-se a falar em resolver problemas como um meio de se aprender. Somente nas últimas décadas é que os educadores passaram a aceitar a idéia de que o desenvolvimento da capacidade merecia mais atenção. (DANTE:1994).

Sobre essa questão, BRASIL (1998, p. 42), completa que "a resolução de problemas é o caminho para o ensino que vem sendo discutido ao longo dos últimos anos." A história mostra que ela foi construída como resposta a perguntas provenientes de diferentes origens e contexto, motivadas por problemas vinculados a outras ciências, bem como por problemas relacionados à investigação interna. Todavia, tradicionalmente, os problemas não têm desempenhado seu verdadeiro papel no ensino, pois, na melhor das hipóteses, são utilizados apenas como forma de aplicação de conhecimento adquiridos anteriormente pelos alunos.

A linguagem vista como uma a ciência que investiga, por meio do raciocínio, as relações entre entidades abstratas. Ela está presente em nossa vida, desde a concepção e após o nascimento, nos acompanha todo instante, por exemplo, quando o bebê recebe a amamentação de duas em duas horas ou de três em três horas, ele vivencia os intervalos de tempo entre uma refeição e outra, quando algum desconhecido aproxima dele e ele chora estranhando a presença dessa pessoa, assim a criança observa e classifica tudo que faz parte do seu meio. Quando cresce,

começa a brincar com outras crianças, escolhendo seus pares, além de estar classificando, apresenta ter noção de quantidades. Antes de ir para a escola já identifica alguns números, os quais utilizam para indicar sua idade, seu telefone, o número da sua casa, além de numerar e classificar faz também seqüências lógicas, conhecem relações espaciais e muitos outros conteúdos, ela só não sabe ainda registrar no papel, porém na oralidade e na prática é muito ágil. (SMOLKA, 2010)

Se o educador tiver o cuidado de trabalhar as mais deiversas formas de linguagem com seus alunos, inserindo a arte e a natureza, posteriormente não terão dificuldades, como ocorre muito, atualmente.

Sabendo que a brincadeira é uma atividade fundamental na vida da criança e que ela aprende brincando, incentivada pela curiosidade de poder descobrir os possíveis segredos e as técnicas para a construção do conhecimento.

Toda criança, assim como o ser humano precisa da linguagem para viver e vencer os obstáculos e principalmente a criança necessita desta ciência para brincar e brincando ela aprende com mais facilidade e prazer, pois enquanto brinca, constrói a realidade e ao mesmo tempo poderá modificá-la.

Nos dizeres de Ivani Fazenda (org.) (1991, p.68), trabalhar o belo e estimular as sensibilidades são atributos essenciais das artes, e a música sem dúvidas é mais individual e ao mesmo tempo coletiva nesse meio, detendo um grande potencial de força e poder para realizar as transformações desejadas pelo ser humano em suas buscas. Ela comenta ainda sobre o prazer e a alegria que a música denuncia em todo ser, expressada por Violeta Gainza: *"Educar-se na música é crescer plenamente e com alegria"*. (1988, p. 95).

A linguagem é aquilo que conseguimos construir a partir da experiência. Um professor moderno que possui sensibilidade e um bom relacionamento com as crianças sabe ensinar com amor, sem perceber os obstáculos. A criança pequenina possui boa audição e aprecia com prazer às músicas, as quais as aprendem com facilidade. Mas é necessário que o mestre incentive-o e valorize cada momento de aprendizagem dela.

Os elementos da linguagem são adquiridos, gradativamente, de acordo com a faixa etária da criança. Todavia a linguagem implica na possibilidade de descobrir tudo o que se sente: coisas lindas e feias. A linguagem, porém não é arte. Eis uma grande diferença, bem importante a ser enfocada, com relação à educação

tradicional: ela tinha obsessão pela arte, quase tanto, quanto pela leitura e pela técnica.

A educação tradicional geralmente concebia os seres humanos como máquinas decodificadoras de uma linguagem escrita e dedicava a maior quantidade de energia ensinando a decifrar as notas para que fosse possível transferi-la ao instrumento. Desse modo as pessoas funcionavam num nível mental muito pobre, embora fossem treinados e chegassem a ser excelentes leitores, pois ao proceder assim deixavam de lado um dos aspectos mais importantes: a participação do ouvido.

"A participação do ouvido constitui a base da compreensão mental. A mente só pode entender verdadeiramente e trabalhar dentro do contexto que o ouvido lhe fornece." (GAINZA, 1998, p.117).

O psicopedagogo deve ser um profissional ciente do papel da leitura e da escrita no ensino. A leitura e a escrita são atividades que levam a comunicação, expressão de idéias etc. Há uma técnica de escrita e de leitura, porém, aprende-la sem experimentar sua serventia, pode induzir o aluno a graves confusões.

O educador deve incutir na mente do aluno que ele deve saber ler e escrever porque isso é simplesmente bom e não para ser aprovado, contentar o professor, etc. Esta pratica daria a criança uma idéia de arbitrariedade, impessoalidade e chateação na pratica de ler e escrever.

Ler e escrever são instrumentos. O fundamental é que se interrogue para que sirvam. Algumas respostas são automáticas. Concluindo, lemos e escrevemos, segundo GAINZA (1998), para:

- Lembrar, identificar, localizar, registrar, armazenar, averiguar, etc. dados.
- Desfrutar, compartilhar sentimentos e emoções, desenvolver a sensibilidade artística.
- Estudar, aprender, conhecer, aprofundar conhecimentos.
- Aprender como se fazem certas coisas, etc.

Estas são algumas das finalidades mais comuns e determinam também modos específicos de escrever e ler.

1.2 - O VALOR DO RECONHECIMENTO DA CRIANÇA

Assinalando a criança como um ser social, situada histórica e culturalmente deve ser considerada na sua totalidade e nas relações que estabelece consigo com os outros.

Sabe que o primeiro grupo social que a criança conhece e recebe orientações preciosas é a família, seu segundo grupo é o centro de educação infantil e a pré-escola, onde a criança se socializa, defrontando com questões de ordem emocional intelectual e afetiva, construindo sua personalidade e traçando os rumos para conquistar sua autonomia tão desejada.

Segundo SMOLKA (2010), ao relacionar com os outros, a criança é capaz de organizar seus sentimentos e emoções. Por esse motivo, há necessidade de um relacionamento autêntico entre adultos e crianças, enfatizando a confiança e o carinho, para que possa elevar sua auto-estima. Os educadores devem propiciar o desenvolvimento de uma auto-imagem positiva da criança para que ela perceba a valorização de suas ações e de seu crescimento, pois as relações sociais estabelecidas entre as crianças possuem grande influência no desenvolvimento de sua inteligência.

Destarte afirmar que o processo de aprendizagem ocorre com eficácia é preciso que as crianças desenvolvam trabalhos em grupos e de ações de ajuda mútua, os quais devem ser mediados por pessoas adultas, conscientes e experientes no assunto.

Na fase do primeiro ciclo todas as formas de manifestação ocorrem nas crianças. Ela se vê como o centro do universo. Isso existe por intermédio dela e para ela. Isso implica a ausência da necessidade da criança de explicar o que diz, tendo a certeza que está sendo compreendida.

PIAGET (1978), esclarece que o egocentrismo é um fenômeno abrangente, que pode ser manifestado de formas variadas, como a deficiente distinção entre a realidade e a fantasia. A criança vive num mundo imaginário, criado por ela mesma, na qual planeja tudo através de seus pensamentos verbalizados, além do que já sabe. Ela tem dificuldade de ver o ponto de vista do outro.

Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, apud MARUNY (2000), se dedicaram á pesquisa do pensamento infantil sobre a leitura e a escrita. E é com base em seus resultados será analisado o presente titulo.

Primeiramente, é necessário lembrar que os alunos não se aprendem a linguagem escrita no primeiro dia de escola, daí a primeira dificuldade encontrada por eles quando se deparam com esta nova modalidade de conhecimento. Até então, o que rodeia a criança é um mundo gráfico, com objetos, representações, coloridos. Etc.

Os signos utilizados nos desenhos não têm ainda a sistematização de que as palavras necessitam, pelo contrário, são um emaranhado de riscos e cores que representam bem a liberdade de pensamento própria das crianças.

Iniciando aprendizagem da escrita as crianças desenvolvem o que pode ser chamado de grafismo primitivo ou pseudoletras que nada mais são do que sua tentativa estes signos se parecerem com letras.

Nesta fase as crianças descobrem aos poucos a diferença dos desenhos, letras e números, portanto não é anormal que no inicio estas os usem indistintamente.

Quando esta indistinção já está superada, a criança ainda determina idéias adicionais aos signos que podem ser mais ou menos convencionais. A escrita convencional, portanto será conquistada aos poucos através de uma pratica reiterada ao ato de escrever paralelamente com as leis da escrita.

Gradativamente com a prática reiterada da escrita as crianças vão criando subsídios para conseguir representar melhor os signos para representar nome de coisas, pessoas, etc. Porém, trata-se de uma escrita autêntica, com leis pessoais, não muito comunicáveis, lembrando que não é comunicável para o professor ou para outras crianças, mas é comunicável para seu autor e possui significado representativo para quem o fez.

Nesta fase a criança ainda não tem a percepção da diferenciação entre as palavras, em virtude disso escrevem o mesmo conjunto de signos para qualquer coisa.

Para eles, as palavras se diferenciam segundo as características do objeto de referencia influindo este no tamanho das letras no numero destas, etc.

O momento em que a criança percebe que nossa forma de escrever não é regida por estes princípios ideográficos, começa-se entender a escrita silábica onde cada letra representa um som.

A unidade de som da palavra é representada pela silaba que por sua vez é representada pela letra e pela grafia.

Assim, nesse ínterim, as crianças assimilam o som das palavras com as vogais e representam a palavra inicialmente por meio delas.

CAPITULO II

2. A PROBLEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE DIFICULDADES NA ESCRITA E NA LEITURA

Segundo SIQUEIRA (2009), os problemas de leitura e escrita, geralmente são percebidos somente no período de alfabetização. Assim que identificados, os pais ou os responsáveis devem procurar orientações de um profissional habilitado para que medidas adequadas sejam tomadas. Os principais problemas, são:

- a) Dislexia Dificuldades situadas fundamentalmente nos processos mais básicos da leitura, isto é, no reconhecimento das palavras; atuando somente em uma das vias ou mecanismos utilizados para a leitura. As causas podem ser: orgânica, psicológica, pedagógica, sócio-culturais, entre outras.
- b) Disgrafia é a dificuldade em passar para a escrita o estímulo visual da palavra impressa. Caracteriza-se pelo lento traçado das letras, que em geral são ilegíveis. A criança disgráfica não possui deficiência visual nem motora, e tampouco qualquer comprometimento intelectual ou neurológico. No entanto, não consegue idealizar no plano motor o que captou no plano visual. Exemplos: apresentação desordenada do texto; margens malfeitas ou inexistentes; espaço irregular entre as palavras e linhas; traçado de má qualidade; distorção de letras; separações inadequadas de letras; direção da escrita oscilando para cima ou para baixo, em suma uma má apresentação do texto escrito.
- c) Disortografia incapacidade de transcrever corretamente a linguagem oral, pode haver trocas ortográficas e confusão de letras. Essa dificuldade não implica a diminuição da qualidade do traçado das letras. Essas trocas ortográficas são normais nas primeiras séries do primeiro grau, porque a relação entre a palavra impressa e os sons ainda não está totalmente dominada.

Os principais erros que uma criança com disortografia costuma apresentar, segundo SIQUEIRA (2009), são:

- 1- Confusão de letras:consoantes surdas por sonoras: f/v, p/b, ch/j; vogais nasais por orais: an/a, en/e, in/i, on/o, un/u;
- 2-Confusão de sílabas com tonicidade semelhante: cantarão/cantaram
- 3- Confusão de letras (trocas visuais): simétricas: b/d, p/q; semelhantes: e/a, b/h, f/t;

4-Confusão de palavras com configurações semelhantes (copia pedreiro em lugar de padeiro).

5-Uso de palavras com um mesmo som para várias letras: casa/caza/, azar/asar, exame/ezame.

Assinala SIQUEIRA (2009), que considerando que ler equivale a reconhecer os símbolos escritos, podemos apresentar, alguns componentes básicos envolvidos na primeira dimensão da leitura:

a. léxico interno ou léxicon - estrutura mental na qual residem nossos conhecimentos sobre o significado das palavras. Pode ser concebido como um dicionário mental, com verbetes para cada uma das palavras conhecidas, em que figura o significado geral da palavra, bem como informação sobre sua categoria sintática e sua fonologia.

b. detectores de palavras ou logogens - possuem a informação sobre os traços característicos e invariáveis da forma de cada palavra contida em nosso léxico. Independentemente da variabilidade na tipografia e tamanho da escrita, precisando somente de um único detector para cada palavra, que deve reunir os traços que sempre devem estar presentes e que são suficientes para distinguir uma palavra de outra, por mais parecidas que sejam.

A autora ainda pontua que ligação entre características do estímulo (palavra escrita) e um determinado logogen, abre ou ativa a entrada lexical correspondente. Isto pode ser realizado, por meio de duas vias:

- Via lexical: emparelhar a palavra impressa com alguma representação interna (logogen). Desta forma quando a palavra escrita aparece diante de nossos olhos, extraímos dela seus traços característicos e os comparamos com os logogens que possuam alguns de seus traços. Aquele que se aproxima mais "ganha" e ativa a entrada lexical correspondente.
- Via fonológica: pressupõe a mediação da própria linguagem oral para obter o significado. Consiste em traduzir os símbolos gráficos, já analisados perceptivelmente, em fonemas. Tanto os problemas de escrita como de leitura podem ser superados com a intervenção adequada de um profissional, o qual poderá orientar a família e educadores para que os melhores procedimentos sejam adotados.

2.1. DISLEXIA

Segundo Jean Dubois et ali, apud FRANK (2003, p.123), a dislexia como sendo um: "defeito de aprendizagem da leitura caracterizado por dificuldades na correspondência entre símbolos gráficos, às vezes mal reconhecidos, e fonemas, muitas vezes, mal identificados."

A dislexia, segundo o lingüista, interessa de modo preponderante tanto à discriminação fonética quanto ao reconhecimento dos signos gráficos ou à transformação dos signos escritos em signos verbais.

A dislexia, para a Lingüística, assim, não é uma doença, mas um fracasso inesperado na aprendizagem da leitura, sendo, pois, uma síndrome de origem lingüística.

As causas ou a etiologia da síndrome disléxica são de diversas ordens e dependem do enfoque ou análise do investigador. Aqui, tendemos a nos apoiar em aportes da análise lingüística e cognitiva ou simplesmente da Psicolingüística.

Muitas das causas da dislexia resultam de estudos comparativos entre disléxicos e bons leitores. Pode-se indicar, segundo ELLIS (1995, p. 78), as seguintes:

- a) Hipótese de déficit perceptivo,
- b) Hipótese de déficit fonológico;
- c) Hipótese de déficit na memória

Atualmente os investigadores na área de Psicolingüística aplicada à educação escolar, apresentam a hipótese de déficit fonológico como a que justificaria, por exemplo, o aparecimento de disléxicos com confusão espacial e articulatória.

Desse modo, são considerados sintomas da dislexia relativos à leitura e escrita, segundo ELLIS (1995), os erros inerentes à proximidade especial e os à proximidade articulatória como:

- a) Erros por confusões na proximidade especial:
- Confusão de letras simétricas;
- Confusão por rotação;

- Inversão de sílabas.
- b) Erros por proximidade articulatória e sequelas de distúrbios de fala:
- Confusões por proximidade articulatória;
- Omissões de grafemas;
- Omissões de sílabas.

Assinala ainda a autora que as características lingüísticas, envolvendo as habilidades de leitura e escrita, mais marcantes das crianças disléxicas, são:

- A acumulação e persistência de seus erros de soletração ao ler e de ortografia ao escrever
- 2. Confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças sutis de grafia: a-o; c-o; e-c; f-t; h-n; i-j; m-n; v-u etc.
- 3. Confusão entre letras, sílabas ou palavras com grafia similar, mas com diferente orientação no espaço: b-d; b-p; d-b; d-p; d-q; n-u; w-m; a-e
- 4. Confusão entre letras que possuem um ponto de articulação comum, e, cujos sons são acusticamente próximos: d-t; j-x;c-g;m-b-p; v-f
- Inversões parciais ou totais de silabas ou palavras: me-em; sol-los; som-mos; sallas; pal-pla

Diante de tantos motivos que caracterizam a dislexia, alguns autores como Mabel Condermarín (2008, p.245), enumeram outras perturbações da aprendizagem que podem acompanhar os disléxicos:

- a) Alterações na memória;
- b) Alterações na memória de séries e següências;
- c) Orientação direita-esquerda;
- d) Linguagem escrita;
- e)Confusão com relação às tarefas escolares;
- f)Pobreza de vocabulário;
- g)Escassez de conhecimentos prévios (memória de longo prazo).

Destarte assim analisar as causas ou fatores de ordem pedagógicolingüística que favorecem a aparição das dislexias. Como são muitas as ciências envolvidas neste assunto, por ordem didática serão explanados fatores meramente pedagógicos, que, segundo CONDERMARÍN (2008), podem ser:

- a) Atuação de docente não qualificado para o ensino de língua materna;
- b) Crianças com tendência à inversão;
- c) Crianças com deficiência de memória de curto prazo;
- d)Crianças com dificuldades na discriminação de fonemas;
- e) Vocabulário pobre;
- f) Alterações na relação figura-fundo;
- g) Conflitos emocionais;
- h) O meio social;
- i) As crianças com dislalia;
- j) Crianças com lesão cerebral.

A dislexia, como dificuldade de aprendizagem, verificada na educação escolar é um distúrbio de leitura e de escrita que ocorre na educação infantil e no ensino fundamental. Em geral, a criança tem dificuldade em aprender a ler e escrever e, especialmente, em escrever corretamente sem erros de ortografia, mesmo tendo o Quociente de Inteligência (Q.I) acima da média.

Tomando por base a proposta de Mabel Condemarín (2008), a dificuldade de aprendizagem relacionada com a linguagem (leitura, escrita e ortografia), pode ser inicial e informalmente diagnosticada pelo professor de língua materna, com formação na área de Letras e com habilitação em Pedagogia, que pode vir a realizar uma medição da velocidade da leitura da criança, utilizando, para tanto sensibilidade se identificar que a criança movimenta os lábios ou murmura ao ler; a criança movimenta a cabeça ao longo da linha; sua leitura silenciosa é mais rápida que a oral; a criança segue a linha com o dedo; a criança faz excessivas fixações do olho ao longo da linha impressa; a criança demonstra excessiva tensão ao ler; e se a criança efetua excessivos retrocessos da vista ao ler.

2.1.1. CARACTERÍSTICAS DA DISLEXIA

Para a autora SIQUEIRA (2009), os problemas de leitura e escrita, geralmente são percebidos somente no período de alfabetização. Assim que identificados, os pais ou os responsáveis devem procurar orientações de um profissional habilitado para que medidas adequadas sejam tomadas. A dislexia apresenta características visíveis como:

- Apresenta dificuldades ao ler, escrever, soletrar;
- Demora a aprender a falar, a fazer laços nos cadarços do sapato, a reconhecera as horas, a pegar e a chutar uma bola;
- Apresenta dificuldade em ordenar as letras do alfabeto, os meses do ano, os dias da semana, sílabas das palavras compridas;
- Dificuldade em distinguir direita de esquerda;
- São caracterizados por um índice de inteligência normal ou acima da média;
- Têm iguais oportunidades educativas que as demais crianças da sala de aula;
- Não apresentam problemas de visão e audição;
- Condições afetivas adequadas pelos familiares;
- Conhecido como uma dificuldade inesperada, ou seja, não aparentemente a criança não possui motivo para ter a dificuldade;
- Dificuldade de concentração e períodos de atenção mais curtos;
- Dificuldade de memória
- Falta de organização de materiais;
- Não demonstram prazer na leitura;
- Falta de habilidade manual:

2.1.2.MANIFESTAÇÕES NA LEITURA E NA ESCRITA

Fatores diversos são manifestados durante o processo de alfabetização, e visivelmente representados pelas crianças em situações diversas que são assinalados pela autora SIQUEIRA (2009), como:

- Inversão total ou parcial de palavras e números (ex: sol los);
- Substituição de palavras por outras de estrutura mais ou menos similar ou criação de palavras com significado diferente (ex: travessa – atravessava);

- Adições ou omissões de sons, sílabas ou palavras;
- Dificuldade em soletrar e escrever corretamente;
- Limitações na leitura e escrita, com muitos erros ortográficos e uma qualidade da caligrafia bastante deficiente;
- Dificuldade na compreensão de textos;
- Velocidade de leitura mais lenta, com omissões de linhas do texto e/ou sons;
- Confusão de letras com escrita parecida, mas com diferente orientação no espaço (ex: b e d; ajuda – aduja);
- Dificuldade em diferenciar letras que possuem um ponto de articulação comum e cujos sons são acusticamente próximos (ex: d – t);
- Problemas na distinção entre a direita e a esquerda e dificuldades de coordenação de motora;

A constatação de que uma criança possui dislexia provoca ansiedade tanto na família quanto na escola. Na adolescência a dislexia pode vir acompanhada de problemas de comportamento, problemas com trabalho e de relacionamento com outras pessoas, pela falta de inclusão social e profissional, além de "marcas" em sua vida pela dificuldade escolar, o que pode acarretar em abandonar a escola.

2.1.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA A FAMÍLIA E A ESCOLA

Segundo SALGADO (2010), pode se tecer algumas considerações para a família como:

- Não há cura para a dislexia;
- O disléxico precisa de atendimento especializado, motivação, estabilidade emocional, ensino apropriado e cooperação entre pais, professores e especialistas.
- Identificar o período do dia em que seu cérebro "funciona" melhor.
- O disléxico geralmente traz uma longa história de cobranças e fracassos, motiválo exige de nós mais esforço e disponibilidade

 Se o disléxico n\u00e3o aprende do jeito que ensinamos, temos de aprender a ensinar do jeito que ele aprende.

2.1.4 ORIENTAÇÕES IMPORTANTES PARA PAIS E PROFESSORES DE CRIANÇAS COM DISLEXIA E DISTÚRBIO DE APRENDIZAGEM

Destaca SALGADO (2010), que o progresso, mesmo que pequeno, tem de ser observado e apreciado (importância do elogio para a auto- confiança):

- O progresso, mesmo que pequeno, tem de ser observado e apreciado (importância do elogio para a auto- confiança).
- Concentrar-se nas capacidades e não nas incapacidades.
- O melhor ensino possível para essas crianças é na sala de aula normal, juntamente com outras crianças e com um professor que compreenda seus problemas e organize suas aulas de tal maneira que a ajuda/ orientação externa possa ser dada quando for preciso.
- Preferencialmente, o professor deve utilizar um programa de linguagem bastante estruturado e fazer uso de todos os canais sensoriais: audição, visão, memória, tato etc, tanto na escrita quanto na leitura; o que é chamado de ensino multissensorial.
- Focalize sempre o que ele faz melhor e encoraje-o a fazê-lo;
- Faça elogios por ele tentar fazer algo que considera difícil, e não o deixe desistir;
- Ressalte sempre as respostas corretas e n\u00e3o as erradas, valorizando seus acertos.
- Lembrar-se de detalhes.

2.2. ADVERSIDADES INERENTES A ESCRITA

Observa-se assim que a visão das crianças no que concerne a leitura é bastante ampla, porém dentro de suas possibilidades. A formalidade da escrita demora certo tempo para ser incutida na mente das crianças.

A primeira dificuldade das crianças está com os monossílabos. As consoantes demoram a aparecer e a palavra fica sem sentido. Isso ocorre também com palavras maiores, porém com a mesma vogal em suas silabas (por ex: batata). Sem a consoante a palavra fica sem significado. Enfim em todas as outras palavras, a falta de uso da consoante deixa a palavra inepta.(CONDEMARÍN, 2008).

Ainda segundo o autor, ao descobrir que uma sílaba pode ser escrita com a vogal ou com a consoante, acaba-se por escrever ambas. A hipótese silábica de uma letra por silaba satisfaz a criança, que leva um bom tempo para renunciar a esta idéia.

Mas esse dia chega, e ai a criança se depara com outras dificuldades (os sons de S/Z, J/G, H, por exemplo); se maiúsculas ou minúsculas, os acentos, etc.

Portanto as dificuldades encontradas a partir desse momento são facilmente sanadas, pois as crianças já sabem realmente com o que estão lidando.

2.3. PROPOSIÇÃO QUANTO A LEITURA

Segundo SOLE (1998), o enfoque da Psicolingüística, ramo interdisciplinar da Psicologia Cognitiva e da Lingüística Aplicada, considera a leitura como uma habilidade complexa, na qual intervém uma série de processos cognitivo-lingüísticos de distintos níveis, cujo início é um estímulo visual e cujo final deve ser a decodificação do mesmo e sua compreensão.

Segundo o autor, os processos básicos da leitura são também chamados de "processos de nível inferior". Sua finalidade é o reconhecimento e a compreensão das palavras. Dentro destes se encontram a decodificação e a compreensão de palavras.

Os processos básicos, isto é, que se voltam à decodificação e à compreensão de palavras, é particularmente importante nas primeiras etapas da aprendizagem da leitura e devem ser automatizados ou bem assimilados até primeiro ciclo do ensino fundamental, já que um déficit em algum deles atua como um nó de gravata que impede o desenvolvimento dos processos superiores de compreensão leitora. (PAULINO E WALTY, 2001).

Ainda segundo autores leitor atinge a decodificação através dos processos perceptivos e dos processos léxicos. Os processos perceptivos referem-se à percepção visual. A percepção visual permite a extração de informações sobre

coisas, lugares e eventos do mundo visível. Portanto, a percepção é um processo para aquisição de informações e conhecimentos, guardando estreita relação com a memória de longo prazo e a cognição.

É importante reforçar que a percepção é uma das primeiras atividades que tomam parte do processo leitor e a forma mais específica da percepção visual.

Observa-se que ao engajar na leitura, o aluno fixa, inicialmente, seu olhar nos símbolos impressos, isto é, nas palavras e nos seus grafemas, e não analisam em profundidade o que realmente ocorre. Os olhos percebem as palavras de uma linha ou de um texto de forma contínua.

Para CONDEMARÍN (2008) diversos fatores que influenciam neste processo visual da criança, como:

- a) as características do texto;
- b) a maturidade dos processos cognitivos do leitor;
- c) a visão;
- d) a fadiga ocular;
- e) a iluminação;
- f) à distância olho-texto;
- g) a postura do corpo;
- h) o tipo de letra e papel.

Partindo do principio da importância das influências perceptivas, o educador deve adequá-las às necessidades de cada aluno e oferecer da melhor forma possível estratégias para que cada elemento desta fase seja diagnosticado e sanado.

Pavimentar bem o letramento literário antes e no inicio do processo de alfabetização pode ser uma das características que nesse momento seja muito visada. A leitura infantil pede em um processo inicial, facilidade de interpretação. Para tanto, palavras simples e uma história lúdica devem sempre ser utilizadas. O texto, portanto deve estar adequado ao mundo da criança.

A autonomia do leitor e uma conquista que em relação à maturidade dos processos cognitivos, no caso, a criança, o educador deve estar ciente das diferenças e propor a cada um o ensino da leitura segundo suas necessidades.

Cada criança é criada em padrões distintos e conseqüentemente sua absorção na aprendizagem será diferente. Na sala de aula cada um apresenta grau de dificuldade diferente, e outra mais facilidade de ler e escrever. Cabe ao educador minimizar tais diferenças e suprir a dificuldade de certos alunos utilizando-se de técnicas alternativas.

A visão é outro elemento influenciador no processo inicial de leitura e mais uma vez é papel do educador estar atento a sua alunos, observando se há nestes, dificuldades no âmbito da visão e se houver, recorrer a auxilio médico. Corroborando também com a iluminação da sala de aula.

Os padrões de movimentos oculares são fundamentais para a leitura eficiente. Essas fixações nos movimentos oculares que garantem que o leitor possa extrair informações visuais do texto. No entanto, algumas palavras são fixadas por um tempo maior que outras. Isso ocorre devido a existência de certos fatores a saber como citada por SOLE(1998):

- a) familiaridade,
- b) freqüência,
- c) idade da aquisição,
- d) repetição,
- e) significado e contexto,
- f) Regularidade de correspondência entre ortografia-som ou grafema-fonema e
- g) Interações.

Assinala ainda, que a postura do corpo, a distância entre o olho e o texto, o tamanho da letra e o tipo do papel, podem parecer elementos imperceptíveis, mas estes, fazem uma diferença tamanha e devem ser levados em consideração.

Após a análise destes aspectos o educador, neste momento deve dar atenção aos processos léxicos, ou seja, ao significado das palavras.

Para SOLE (1998), a soletração, a pronúncia e entonação são objetos de ensino nesta fase. A psicopedagogia propõe para o reconhecimento e extração dos significados das palavras dois caminhos que são: a fonológica) e a visual ou léxica.

O caminho proposto pela fonológica é o que permite a leitura de textos, segmentando-os, por força metalinguagem, em seus componentes (parágrafos,

períodos, orações, frases, sintagmas, palavras, morfemas), como também em sílabas ou em sons da fala (fonemas).

Baseia-se a rota fonológica na segmentação fonológica das palavras escritas, por meio da qual o leitor tende a alcançar a chamada consciência fonológica. A rota fonológica é o guia prático para o alfabetizador que trabalha, em sala de aula, com o chamado método fônico de leitura.

A rota fonológica consiste em descriminar os sons correspondentes a cada uma das letras ou grafemas que compõem a palavra. Esta rota permite, na realidade, o reconhecer das letras das palavras e sua transformação em sons.

Afirma ainda SOLE (1998), que os objetivos da via fonológica no processo de aquisição da leitura, são:

- Identificar as letras através da análise visual;
- Recuperar os sons mediante a consciência fonológica;
- Pronunciar os sons da fala fazendo uso do léxico auditivo:
- Chegar ao significado de cada palavra no léxico interno.

A via fonológica é mais lenta que a via direta já que o processo requerido é muito mais extenso até chegar a reconhecer a palavra, no entanto, não é menos importante e, inclusive, pode-se afirmar que os estágios iniciais da aprendizagem da leitura dependem da consciência fonológica.

A rota visual ou direta ou léxica é uma rota global e muito rápida já que permite o reconhecimento global da palavra e sua pronunciação imediata sem necessidade de analisar os signos que a compõem.

SOLE (1998), assinala que os passos que temos na leitura de palavras através da via direta, são:

- Analisar globalmente a palavra escrita: análise visual
- Ativar as notações léxicas
- Chegar ao significado no léxico interno (vocabulário)
- Recuperar a pronunciação no caso de leitura em voz alta

O modelo de leitura através da rota direta permite explicar a facilidade para reconhecer as palavras cuja imagem visual se vê com muita freqüência. Isto é,

através desta rota podem-se ler palavras que são familiares a nível de escrita. A rota direta é base para a prática do método global de leitura.

Em qualquer caso, ambas as vias não são excludentes entre si. As rotas fonológicas e globais são necessárias e coexistem na leitura hábil. À medida que a habilidade leitora se desenvolve, intensificam-se as estratégias da via direta ou léxicas ou ambas ao mesmo tempo.

A criança que não teve contato com a leitura através de estorinhas contadas por seus pais, ou qualquer outro tipo de convivência com esta, terá muito mais dificuldades do que quem pôde ter.

As dificuldades na leitura vêm atreladas às dificuldades na escrita, porém, a leitura e a escrita são tarefas independentes.

Para ler, é necessário reconhecer o código que foi utilizado para representar as palavras, por este aspecto, a leitura se torna uma tarefa mais complicada do que a escrita. A criança se depara com surpresas, como acontece quando ela não reconhece o símbolo escrito, às vezes até por ela mesma.

A relação entre leitura e decodificação não é nem direta nem simples. Mesmo que aos poucos a criança assimile os símbolos com sua identificação, demora ainda para que estas compreendam o que decifram.

A leitura é a compreensão de um texto. Esta por sua vez é um ato cognitivo. Portanto não se pode compreender um texto se não se antecipa interpretações, reconhece-se significados, identifica-se duvidas, etc. Portanto é imprescindível conseguir essa atividade mental do aluno.

Ainda, não se deve utilizar apenas de conhecimentos prévios sobre a leitura, requer-se também estratégias para aprender a partir da leitura.

CAPITULO III

3. A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO E AS INTERVENÇÕES NAS DIFICULDADES APRENDIZAGEM

O termo deficiência, utilizado anteriormente para caracterizar os obstáculos que as crianças encontram no processo cognitivo leitura/escrita, não quer dizer que as crianças tenham limitações.

Com exceção do fenômeno da dislexia, as dificuldades encontradas no início da aprendizagem da leitura e da escrita são inerentes a todo ser humano nesse processo de construção do conhecimento.

Nesse período, segundo MARUNY (2000), as crianças possuem uma infinidade de idéias, hipóteses, de teorias e de convicções pessoais profundas e arraigadas. Quando se refere ao ato de ler e escrever; ao conteúdo do que se pode ler e escrever; as hipóteses e teorias sobre as letras; as características gráficas da escrita e sua relação com o objeto a que representam. Ainda, estabelecem hipóteses sucessivamente complexas e compreensivas sobre o sistema alfabético de representação escrita e de quais são as unidades básicas de que é composto.

O conhecimento das crianças sobre o ato de ler e escrever ainda é mais vasto. A maioria das crianças também possui competência oral com uma complexidade sintática próxima a do adulto, possuem também conhecimentos acerca das características dos diferentes tipos de texto.

Porém o conhecimento próprio das crianças não é útil sem um ensino adequado. Daí a importância da escola. Aprender a comunicar-se por meio da linguagem escrita então, não é uma necessidade vital, nem intrínseca do ser humano, ou seja, não se adquire com a maturidade. Enfatiza MARUNY (2000), requer, uma motivação e algumas atitudes positivas para com a aprendizagem em geral e, especificamente, para a aprendizagem desta mesma linguagem escrita, que devem ser ensinadas e vividas num contexto especial.

Para MARUNY (2000), ensinar a ler e a escrever é tarefa da escola, no entanto, o pensamento infantil sobre a leitura e a escrita, gera uma grande quantidade de questões sobre os conteúdos escolares e os modos de ensinar a linguagem escrita.

Atualmente se vivencia ainda métodos tradicionais no ensino, onde a criança mal pode pensar por si mesma. Sendo valorizado como fundamental a percepção e a discriminação visual das letras e a habilidade motora de reproduzi-las. Dessa forma a linguagem escrita, para MARUNY (2000), é reduzida a um problema psicomotor, minimizando o aspecto cognitivo da questão.

Nesta forma de ensino, as idéias, o pensamento e a reflexão dos alunos ficam sacrificados em nome de um método, cuja lógica é evidente para o adulto, mas incompreensível para a criança.

Outro erro de algumas práticas de ensino, segundo MARUNY (2000), é da concepção de que o ensino preliminar deve ser sempre o das letras, retardando assim, a pratica do manejo de textos. Vê-se que as tarefas induzem a frases convencionais que são sempre utilizadas e as leituras são restritas unicamente aos textos escolares.

Este tipo de erro menospreza a capacidade infantil e omite o aspecto fundamental da linguagem escrita que é um instrumento para a comunicação. Assim sendo alternativas diversas mostram soluções para sanar essas falhas, adequadas as mudanças necessárias para o bem aprendizado da criança.

Todo corpo docente da escola em seu planejamento deve buscar perguntar o por quê das atividades que são propostas às crianças e decidir quais são as adequadas para uma melhor aprendizagem , revisando assim algumas das idéias subjacentes á tarefa de ensinar.

Além de se fazer necessário interrogar-se sobre o objetivo do ensino escolar da linguagem escrita. Deve-se também relembrar toda as dificuldades acerca do tema, buscando elucidar os problemas.

Para MARUNY (2000), os princípios de liberdade do ser humano como o respeito, à liberdade e o apreço à tolerância, inspiram ao educando, no processo de formação escolar, a necessidade de amar e compreender. Da mesma forma, o professor, no exercício de seu magistério, tem necessidade de ser amado e compreendido.

Assim, a necessidade de amar do aluno e o desejo de ser amado do professor nunca andam separados, são a base de uma relação fraterna e recíproca entre professor e aluno.

Uma criança quanto mais sente que é amada, mais disciplinada estará para compreender o conteúdo das aulas. Onde não há reciprocidade, isto é, o amor do aluno para com o professor e do professor para com seu aluno, não assimilação ativa, que para MARUNY (2000), não há a razão de ser da educação escolar: o desenvolvimento do educando como pessoa humana.

O contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional in: BRASIL (1998), a Lei 9.394, promulgada em 1996, enfoca bem a questão do respeito a liberdade quando trouxe as bases do que venho denominando, nos meios acadêmicos, de Agapedia, a Pedagogia do Amor.

A lei ainda oferece os dois mais importantes princípios da Pedagogia do Amor: o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, que são inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Ambos têm por fim último o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania ativa e sua qualificação para as novas ocupações no mundo do trabalho.

3.1. A COMPREENSÃO LEITORA: UM PROCESSO IDENTITÁRIO NA APLICAÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE LINGUAGEM E ESCRITA

A identidade do educador aos pensamentos e idéias das crianças acerca da leitura e da escrita, segundo GRANNEL (1998), cria oportunidades para que estas exteriorizem seus pensamentos, reconhecendo assim sua lógica sendo este um dos primeiro passo a ser dado pelo psicopedagogo.

A partir de conhecer suas idéias, o psicopedagogo saberá como e em que ocasião propor seus ensinamentos a cada caso. Numa relação de troca onde o ensinar não é apenas transmitir informações a um ouvinte, mas, sobretudo ajudá-lo a transformar suas idéias.

Mais uma vez, salienta o autor, que para isso é necessário conhecer a criança, ouvi-la atentamente, compreendendo seu ponto de vista e escolhendo a ajuda certa de que necessita para avançar.

A escola deve ensinar a ler e a escrever com significados explícitos para que o aluno aprenda, compreenda e produza. A construção da leitura e da escrita é progressiva e não linear e isto também deve ser levado em conta pelo psicopedagogo.

Para MARUNY (2000), pode-se de modo grosseiro estabelecer uma seqüência de aprendizagem em relação à escrita. O aluno começa em um estágio onde a escrita se relaciona com o desenho; Logo depois a escrita absorve as letras e os números; Depois, aparecem somente as letras, com o numero e o tamanho dependente do objeto que nomeiam; Finalmente, a criança estabelece as letras, as silabas e os fonemas.

O educador deve respeitar esse processo gradativo pelo qual a criança deve passar. Não se deve, portanto, segundo MARUNY (2000), correlacionar a seqüência de aprendizagem com um escala temporal rígida, pois não existem aprendizagens próprias de um nível escolar. A única aproximação é estatística, ou seja, o que se sabe é que "a maioria" dos alunos alcança a hipótese alfabética ao terminar a Educação Infantil, mas não pode e nem deve ser estabelecido um critério universal através desses dados.

Sabe-se que o objetivo pelo qual a escola foi criada foi o de que ela tivesse um papel na sociedade de homogeneizar e transmitir modelos sociais definidos para adaptar as crianças a um modelo social dominante, para que a população fosse selecionada.

Hoje, pelo contrário, a escola tem um papel oposto, que é o de integração e de uma cultura para a diversidade, transmitindo as diferenças como algo bom e não como obstáculo. Em virtude disso, a instituição escolar, deve passar por mudanças constantes, ao passo de conseguir que todos trabalhem e aprendam a partir de suas próprias possibilidades.

A cobrança ao professor leva-o a uma insatisfação do domínio de seu trabalho, que conseqüentemente o levara a uma cobrança aos alunos em sala de aula. O resultado disso é um ambiente carregado onde não existe aprendizado, descaracterizando a essência da instituição escolar.

Enfatiza ainda a autora que o ambiente escolar, deve ser uma ambiente de respeito mutuo, onde as limitações e dificuldades possam ser sanadas numa relação de amizade e reciprocidade.

Esse sem duvida é o primeiro aspecto a ser mudado para dirimir os problemas de ensino, no caso, sobre a leitura e a escrita.

Acrescenta ainda a autora que a diferença entre os alunos, é o segundo ponto forte para se estabelecer uma regra satisfatória de ensino.

A linguagem escrita faz parte da realidade em que as crianças vivem. Considerando que cada criança vive em um universo, social, econômico e cultural diferente, a conclusão precípua é de que o processo de cognição difere em cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem inúmeros fatores desmotivantes ao processo cognitivo da criança. O primeiro deles é a diversidade entre os alunos que pode-se traduzir em desigualdades de oportunidades frente à escolarização. Podem, inclusive, tornar diferenças definitivas, se o educador não age positivamente para igualar as oportunidades de todos os alunos quanto ao acesso à cultura escrita.

Outro problema freqüente é o de que no inicio das escolaridades, na educação básica é freqüente ver alunos com grandes dificuldades de adaptação a situação escolar. É estranho para eles se movimentarem em grupos amplos, podem se sentir perdido ou ameaçado, responder com inibição ou agressividade. Pode acontecer que as tarefas e ordens do professor lhes sejam incompreensíveis porque, em casa, nunca lhes foi pedido algo parecido.

As crianças neste momento podem se sentir em um mundo egocêntrico ou familiar e por muitas vezes não se interessam pelas coisas que a escola lhes propõe: o mundo exterior, outras realidades pessoais e familiares. Pode ser que estejam acostumados a estar num meio em que não são levados em conta, nem lhes pedem nada especial.

Se nada for feito as crianças não aprendem o básico em comunicação: o ritmo conversacional de escutar e de falar, de ser compreendido e de reagir frente ao que compreende do que o outro diz. Do mesmo modo, há crianças, que não experimentaram o valor comunicativo da linguagem escrita: que o escrito pode ser importante, interessante, emocionante. Que o que elas escrevem pode causar emoção e satisfação no outro. Estas são experiências que, se não acontecem em casa, a escola deve proporcionar.

O educador deve fazer com que as crianças aprendam a olhar e a escutar, isto é, devem ser olhadas e ouvidas atentamente; devem acariciar e serem acariciadas; falarem e serem alvo da fala pessoal de outrem; devem ser compreendidas para que possam compreender; devem experimentar o desejo de agradar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CONDERMARIN, Mabel. *Usos da linguagem:* problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Moderna, 2008.

DANTE, Luiz Roberto. *Didática da resolução de problemas no processo de leitura e escrita.* São Paulo: Ática, 1994.

DAVES, Ronald. Dom da dislexia. São Paulo: Rocco, 2004.

ELLIS, Andrew. *Leitura, escrita e dislexia*: uma análise cognitiva. 2. ed. São Paulo: Artmed, 1995.

FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

FRANK, Robert. A vida secreta da criança com dislexia. São Paulo: M. Books, 2003.

GAINZA, Violeta Hensy de. Estudos de psicopedagogia musical. São Paulo: Summus, 1998.

GOUVEIA.M. A. A cultura da infância, a infância na cultura. *Infância na ciranda da educação*, Belo Horizonte,n.4.p.37-41, fev. 2000.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; BAPTISTA, Monica Correia e MONTEIRO, Sara Mourão (orgs). *A criança de 06 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos.* Orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turma de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte: UFMG/FaE/CEALE,2009.

MARUNY, Luis. Escrever e Ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PAULINO.Graça; WALTY.Ivete et al.Tipos de textos, modos de leitura.Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. (Educador em Formação) 163p.

PCN LINGUA PORTUGUESA. In: *Nova Escola*. O que se quer ensinar para as quatro séries iniciais. São Paulo, n° 111, p. 4-6, abr. 1998.

SALGADO. Ana Maria. Dificuldades de aprendizagem. São Paulo: Mmix, 2010.

SIQUEIRA, Milena. Problema de leitura escrita. In: **Revista VIVA**. Edição n. 9, 2009.

SMOLE, Kátia C. S.; DINNIZ, Maria Ignez. Ler escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Criança na fase inicial da escrita. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOLE, Isabel. Estratégias da leitura. 6. ed. Rio de Janeiro: Artmed,1998.

VYGOTSKY.L. *El desarrollo de los processos psicologicos superiores.* Barcelona: Critica, 2000.